

Carta de Divergência do Núcleo Ceará ao Posicionamento sobre a Reforma da Previdência dos Parlamentares do Movimento Acredito

Fortaleza, 10 de Julho de 2019

CONSIDERANDO que o Acredito é um movimento nacional e suprapartidário pela renovação política.

CONSIDERANDO que a renovação defendida pelo Acredito é baseada em novas pessoas, práticas e princípios para o Legislativo brasileiro.

CONSIDERANDO que o sonho defendido pelo Acredito é uma renovação de $\frac{1}{3}$ do Congresso com parlamentares dedicados à superação das profundas desigualdades da sociedade brasileira.

CONSIDERANDO que os valores do Movimento Acredito são: economia empreendedora e competitiva, sustentabilidade, dignidade e igualdade de oportunidades, ética e transparência, diversidade e sociedade plural e livre.

CONSIDERANDO o texto do Manifesto do Movimento Acredito.

CONSIDERANDO o processo de construção coletiva do posicionamento do Acredito para a reforma da previdência.

CONSIDERANDO os documentos apresentados pelo gabinete compartilhado do Acredito: “Relatório Previdência Comissão Especial” e “Reforma da Previdência - Gabinete Compartilhado [EMENDAS].”

CONSIDERANDO que o Movimento Acredito núcleo Ceará abriu votação entre seus membros nos núcleos Fortaleza, Sobral e Cariri, para verificar a base de apoio ao posicionamento dos parlamentares do Movimento Acredito e obteve 93% dos votos contra 7% dos votos a favor do posicionamento.

O **Movimento Acredito núcleo Ceará** vem oficialmente expressar divergência crítica ao e repudiar o posicionamento final dos parlamentares do Movimento Acredito sobre a PEC 6/2019 que trata da Reforma da Previdência. As razões seguem:

1. O processo de articulação do governo com o Congresso Nacional quebra o valor pétreo do Movimento Acredito da ética e transparência

Conforme [matéria publicada pelo G1](#), o governo do Presidente Jair Bolsonaro publicou, no dia 9 de Julho de 2019, 37 portarias que liberam, juntas, mais de R\$1,5 bilhões em emendas parlamentares para serem usadas por deputados federais e senadores. Há fortes indícios de que esse recurso será utilizado para influenciar o processo de votação da PEC 6/2019.

Os fins não justificam os meios. O Movimento Acredito se posiciona pelo combate irrestrito à corrupção e ao mau uso do dinheiro público. Ao apoiar

essa reforma da maneira como ela está sendo posta à votação, os parlamentares **violam** o valor da ética e transparência. Acreditamos que a posição mais apropriada deve ser de denúncia desse processo fraudulento de compra de votos no Congresso Nacional - processo que se assemelha a grandes escândalos de corrupção passados, com o “Mensalinho” e “Mensalão.”

2. **O projeto final não contempla os pilares que nortearam as discussões internas do Movimento Acredito**

De acordo com o documento interno do Movimento Acredito “Relatório Previdência Comissão Especial” e “Reforma da Previdência - Gabinete Compartilhado [EMENDAS], os principais problemas presentes no sistema previdenciário atual são: a insustentabilidade fiscal, o aumento das desigualdades e a perpetuação de privilégios. Consideramos que o texto atual aprovado na Comissão Especial, apesar de ser melhor que o original e ter avançado com melhorias a todos os problemas citados acima, não cumpre com o defendido pelo movimento pelas seguintes razões:

i) Os estados ficaram fora da reforma

Para garantir sustentabilidade fiscal, é imperativo que os estados e municípios façam parte da reforma da previdência federal. De acordo com [matéria publicada pelo Nexô](#), caso isso não aconteça, estima-se que os estados gastarão mais de R\$350 bilhões a mais dos seus orçamentos nos próximos anos com a previdência. O artigo alerta também para a dificuldade política de articular reformas estaduais. O Congresso Nacional não pode se isentar de modificar o processo para incluir os municípios e estados.

De acordo com [pesquisa realizada pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro](#), 14 estados da federação gastam mais com aposentados do que com trabalhadores na ativa. Aprovar um projeto que não reconheça isso seria irresponsável, mesmo que os parlamentares do Acredito se comprometam em lutar para mudar essa situação com a apresentação de projetos adicionais posteriormente. Para nós do Movimento Acredito no Ceará, isso significaria uma tentativa falha e de alto custo político de influenciar o debate nacional e promover sustentabilidade fiscal. Dessa forma, os parlamentares põem em cheque o valor de economia empreendedora e competitiva, pois comprometem a solidez fiscal dos estados.

ii. Não existe igualdade para uns em detrimento da justiça aplicada para outros

A reforma atual não considera as mudanças necessárias e amplamente debatidas pelas comunidades de professores e policiais. Reconhecemos os avanços do movimento na aprovação das emendas que tiram as regras do BPC e trabalhador rural das regras da reforma. Isso é fantástico! Mas também acreditamos que esses pontos já eram “bodes de sala.” Ou seja, foram incluídos já na intenção de serem retirados. No caso dos professores, é consenso no movimento que uma reforma distorce o debate sobre prioridades na melhoria das condições de trabalho dos professores. O que deveríamos insistir em emplacar são projetos que atuem na melhoria das carreiras desses profissionais de forma que suas profissões não fossem tão degradantes.

No Brasil, há mais de 2 milhões de professores que serão afetados por essa

reforma. Para além do fato de que professores já lidam com alta insalubridade no exercício de suas profissões e salários baixos, o que impede que tenham acesso à saúde para corrigir as mazelas que a sua profissão lhes deixa, é importante reconhecer também que, principalmente no nordeste do Brasil, professores são expostos à diversos perigos resultantes da situação da segurança pública do país e não tem infraestrutura básica para um trabalho digno. Acreditamos que o posicionamento do Acredito, ao ceder às regras da PEC 6/2019, comete injustiças graves contra esses profissionais e não leva em consideração as evidências e contextos locais da atuação desses profissionais. Isso rompe o valor da diversidade e o texto do manifesto que trata da “construção de políticas públicas com base nos contextos e realidades locais.”

Lembramos também que a educação é uma das principais bandeiras do Movimento Acredito. Somos renomados pela construção ao redor desse tema. A aprovação das regras acima representaria um grande retrocesso para a nossa narrativa.

iii. A reforma não reduz tanto os privilégios assim

Na última sexta-feira, a bancada ruralista conseguiu com muita articulação [restabelecer a isenção](#) para produção agrícola exportada, que seria extinta com a reforma da previdência. Isso vai ter um impacto negativo de mais de R\$83 bilhões no saldo da reforma da previdência. O texto final da reforma também mantém supersalários e acúmulos, não limitando ou punindo pessoas que recebem aposentadorias com valores acima do teto constitucional através de verbas indenizatórias e ajudas de custo. Isso precisa se tornar improbidade administrativa.

O Movimento Acredito não pode compactuar com uma reforma que favorece grupos corporativos e organizados. Somos a favor de uma renovação de pessoas, práticas e princípios. Um apoio a esse projeto, como ele está, rompe com a própria missão do movimento.

3. O processo da tomada de decisão final do Movimento Acredito com sua base não foi, em sua totalidade, democrático

Queremos deixar claro que respeitamos o processo democrático e coletivo que foi utilizado para iniciar as discussões sobre o posicionamento final do Movimento Acredito quanto à PEC 6/2019. O núcleo Ceará organizou 2 eventos para coletar evidências e debater a proposta. Fornecemos também feedback sobre as emendas e nos dedicamos extensivamente a defender esse processo nas redes sociais, inclusive combatendo todo tipo de *fake news* relacionado aos nossos parlamentares quando se tratou dessa matéria. Não discordamos dos textos das emendas e entendemos os argumentos. Porém, discordamos da forma como o **posicionamento final** foi definido.

Acreditamos que discutir sobre os pontos da reforma, construir emendas e endossar o texto aprovado pela Comissão Especial engloba processos completamente diferentes e influenciados por diferentes evidências e dinâmicas políticas. Apesar das contribuições dos estados, não foi produzido documento que elencasse quais foram tais contribuições e como elas foram levadas em consideração. Acreditamos que, após o relatório ter sido

apresentado pelo relator, as lideranças estaduais deveriam ter sido convocadas para discutir e votar sobre o posicionamento do movimento. Como isso não aconteceu, não conseguimos fazer o processo de “*fact checking*” e nem fornecer outras evidências para qualificar o debate. Portanto, acreditamos que etapas foram puladas e que o posicionamento final dos parlamentares do Acredito, dados os argumentos anteriores, não cumpre com o seu propósito.

Parafraseando a Sra. Ngaire Woods, da Blavatnik School of Government da Universidade de Oxford em evento realizado pela Rede de Ação Política e Sustentabilidade em 2018, “na política sempre haverá perdedores e ganhadores. É papel do político ponderar sobre isso e tomar decisões que, no final do dia, lhes permitam dormir em paz.” Será que o Movimento Acredito está confortável com as manchetes de jornal que já surgiram e surgirão após um possível apoio seu à essa reforma da previdência?

Como dizemos no Ceará, “a gente num rai morrer” se esse projeto não passar. Uma renovação de pessoas, princípios e práticas passa por reconhecermos que o processo político nem sempre é como queremos. Idealmente, é necessário que abramos mão de construções em prol do respeito a um processo justo, limpo e democrático de decisão. Os posicionamentos do Acredito desafiam até mesmo a democracia institucional de partidos políticos históricos no nosso país. Não somos donos da verdade. O processo está cheio de falhas e nós devemos reconhecer os riscos que isso traz à nossa integridade, reputação e união.

Nós do Acredito Ceará recomendamos que os parlamentares votem contra a PEC 6/2019. Uma forma de reparação de danos será de vir à público explicar as razões, nossos valores e uma mudança de decisão. Reconhecemos que esse pode ser um processo doloroso, com um custo político alto, mas que é o caminho certo em prol de uma articulação mais justa para o nosso país. Nos colocamos à total disposição para ajudar a construir um novo projeto de reforma da previdência para o Movimento Acredito e partidos de nossos parlamentares, a restaurar sua moral perante ao público, caso nossos parlamentares não votem a favor da PEC. Por fim, reafirmamos o nosso compromisso com o Movimento Acredito. É por ele que nos posicionamos e reivindicamos que nossas perspectivas também sejam consideradas. Afinal, queremos todos e todas uma reforma mais justa, eficiente, inclusiva e redutora de privilégios que ajude quem mais precisa dela.

Atenciosamente,

Movimento Acredito no Ceará